



Enfoque: Reflexão Contábil

ISSN: 1517-9087

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Moreira Campos, Gabriel; Alves Diniz, Josedilton; de Andrade Martins, Gilberto
Fronteiras da pesquisa sobre governança corporativa: uma análise epistemológica
Enfoque: Reflexão Contábil, vol. 30, núm. 2, mayo-agosto, 2011, pp. 36-51

Universidade Estadual de Maringá

Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307124265004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Gabriel Moreira Campos

Doutorando em Ciências Contábeis pela FEA/USP
Professor Assistente do Departamento
de Ciências Contábeis da UFES
gm.campus@terra.com.br

José Dilton Alves Diniz

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Doutoranda em Ciências Contábeis pela FEA/USP
josedilton@gmail.com

Gilberto de Andrade Martins

Professor do Departamento de Contabilidade
e Atuária da FEA/USP
martins@usp.br

Recebido em: 16.03.2011

Aceito em: 25.07.2011

RESUMO

O problema investigado neste artigo é expresso pela seguinte questão: qual a amplitude da exploração das fronteiras de pesquisa sobre Governança Corporativa presentes nas publicações em Congressos e Encontros de Contabilidade no Brasil, no período de 2006 a 2008? Alinhado a esse problema, o objetivo dessa investigação consiste em identificar e analisar as publicações brasileiras sobre governança corporativa dentro do contexto da contabilidade e finanças, evidenciando as fronteiras de pesquisas: estrutura teórica, mecanismos de *accountability*, metodologia e técnica aplicada, setores e contexto, globalização e horizonte temporal. Para alcançar esse intento, foi feito um levantamento nos artigos publicados em anais de Congressos e Encontros Nacionais de Contabilidade ou que se incluíam na área específica de Contabilidade e que apresentavam qualificação pela CAPES com Conceito A. A coleta de dados foi feita a partir da análise documental dos artigos analisados dentro do período de 2006 a 2008. Os resultados revelaram que as pesquisas brasileiras sobre governança corporativa têm feito uso quase que exclusivo das fronteiras apontadas como tradicionais.

Palavras-chave: Contabilidade. Governança Corporativa. Epistemologia.

The Frontiers of the Research about Corporate Governance: an Epistemological Analysis

ABSTRACT

The problem investigated in this paper is expressed by the following question: what is the amplitude of the explorations of the research frontiers concerning Corporate Governance present in the publications of Accountancy Congresses and Meetings in Brazil from 2006 to 2008? Aligned to this problem, the aim of this investigation consists of identifying and analyzing the Brazilian publications about corporate governance within the context of accountability and finances, enlightening the research frontiers: theoretical structure, accountability mechanisms, methodology and applied technique, sectors and context, globalization and temporal horizon. To reach this intent, a survey was carried out into the articles published in the annals of the National Congresses and Meetings of Accountancy or the ones which were included in the specific area of Accountancy and which presented qualification by CAPES with Grade A. The data collection was made from the documental analysis of the papers within the period from 2006 to 2008. The results revealed that the Brazilian research about corporate governance have made use almost exclusively of the frontiers pointed out as traditional ones.

Keywords: Accountancy. Corporate Governance. Epistemology.

¹ Artigo apresentado no XXXIV EnAnpad em Setembro de 2010.

1 INTRODUÇÃO

Durante os séculos XIX e XX, ocorreram significativas mudanças na gestão empresarial, notadamente, nas relações mantidas entre os personagens responsáveis pelas principais decisões. A esse respeito, Berle Jr. e Means (1932) afirmam que as corporações deixaram de ser meros aparatos legais, utilizados para transações comerciais individuais, e se tornaram propriedades com forma própria de organização da vida econômica.

Novos conceitos e configurações foram incorporados na gestão empresarial, sendo que essas transformações começaram a ser mais evidentes ao longo do século XIX e no primeiro quarto do século XX. Esses avanços foram possíveis graças a uma base teórica construída a partir de um conjunto de trabalhos acadêmicos que caracterizam as empresas segundo as relações mantidas entre as pessoas responsáveis pela condução de suas operações, bem como numa definição baseada nas estruturas de propriedade.

O trabalho seminal no desenvolvimento da estrutura teórica foi escrito por Berle Jr. e Means (1932) e que apresentou uma distinção entre os atributos de propriedade e o controle no sistema corporativo. Dando continuidade a esse construto, Coase (1937) apresenta a natureza da firma, evidenciando a empresa sob um enfoque alternativo ao convencional. Dois pontos fundamentais são destacados por ele: primeiro, não é a tecnologia, mas as transações e seus respectivos custos que constituem o objeto central da análise; e, segundo, a incerteza e, de maneira implícita, a racionalidade limitada constituem-se em elementos-chave na análise dos custos de transação.

Posteriormente, Alchian e Demsetz (1972), Jensen e Meckling (1976), Fama (1980), Fama e Jensen (1983) e Eisenhardt (1989) desenvolveram vários trabalhos que formaram a base para uma série de pesquisas acadêmicas acerca da teoria da firma, que é considerada como teoria ontológica nas pesquisas sobre Governança Corporativa.

Brennan e Solomon (2008) afirmaram que, tradicionalmente, a pesquisa sobre Governança Corporativa tem utilizado a abordagem da teoria da agência, com foco exclusivo na solução de conflitos de interesses (problemas de agência) entre os gestores da corporação e os acionistas. Esses autores realizaram uma revisão naquilo que denominaram de pesquisa tradicional em governança corporativa e responsabilidade final.

No referido trabalho, editorial de uma edição especial do *Accounting, Auditing & Accountability Journal* (2008), foi apresentado o resultado da pesquisa sobre governança corporativa em contabilidade e finanças. Os autores apresentaram que as pesquisas com essa temática tinham se desenvolvido em seis fronteiras: estrutura teórica, mecanismos de *accountability*, metodologia e técnica aplicada, setores e contexto, globalização e horizonte temporal.

Ao ampliar as fronteiras de pesquisa em governança corporativa, Brennan e Solomon (2008) apresentaram uma nova dinâmica de pesquisa e a possibilidade de se contrapor ao estado inercial ao qual estaria submetida essa área de conhecimento. Essa inércia se caracteriza como um obstáculo epistemológico à expansão e desenvolvimento do conhecimento científico. Nesse sentido, Bachelard (1996, p.17) afirma que:

[...] é no âmago do próprio ato de conhecer que aparecem, por uma espécie de imperativo funcional, lentidões e conflitos. É aí que mostraremos causas de estagnação e até de regressão, detectaremos causas de inércia às quais daremos o nome de obstáculos epistemológicos.

Os autores supracitados propuseram um novo caminho para as pesquisas na área em sintonia com as mudanças pelas quais as corporações têm passado nas últimas décadas, e talvez seja esse o fator que torne a sua pesquisa mais relevante. Pode-se afirmar que o estado no qual as pesquisas se encontravam equivaleria à *ciência normal*, denominada por Kuhn (2009) como a pesquisa que tem por forte base uma ou mais realizações científicas anteriores reconhecidas durante um período de tempo por determinada comunidade científica, fundamentando a prática posterior.

Não se defende aqui que Brennan e Solomon (2008) tenham proposto uma nova teoria científica, contudo, a iniciativa dos mesmos aponta para novos paradigmas de pesquisa em governança corporativa por demonstrar que o assunto não fica restrito às grandes corporações privadas, a horizontes temporais, teorias e metodologias específicas. Assim, para que ocorra solidez do conhecimento, é importante submeter constantemente as teorias à prova, utilizando diversos mecanismos de refutação. Nessa direção, Popper (2004) enfatiza que o conhecimento só se consolida quando é possível submetê-lo ao processo de refutação.

No Brasil, segundo Cotrim (2003), as pesquisas em governança corporativa começaram a se desenvolver com mais ênfase a partir da criação, em 1995, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Porém, só com a criação da Lei Sarbanes-Oxley, que “reescreveu as regras para a governança corporativa”, é que ocorreram significativas mudanças na gestão das empresas e dos órgãos reguladores, seja por comitês de auditoria ou firmas independentes. O fato é que somente a partir desse período as fronteiras das pesquisas começaram a experimentar um processo de ampliação de aplicações dos mecanismos de governança corporativa.

Nesse contexto, surge o problema a ser investigado neste artigo: qual a amplitude da exploração das fronteiras de pesquisa sobre Governança Corporativa presentes nas publicações em Congressos e Encontros de Contabilidade no Brasil, no período de 2006 a 2008?

Assim, alinhado a esse problema, o objetivo desta investigação consiste em identificar e analisar as publicações brasileiras sobre governança corporativa dentro do contexto da contabilidade e finanças, evidenciando as fronteiras de pesquisas: estrutura teórica, mecanismos de *accountability*, metodologia e técnica aplicada, setores e contexto, globalização e horizonte temporal, todas evidenciadas nos textos publicados por esses eventos.

2 PLATAFORMA TEÓRICA

2.1 A DINÂMICA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

A concepção e desenvolvimento da ciência exigem uma epistemologia que não seja fixista, que não parte de fora para dentro, mas cujo desenvolvimento esteja ligado à produção científica em suas respectivas disciplinas e sempre buscando uma aproximação com os aspectos epistemológicos de outras disciplinas científicas. Essa concepção de epistemologia, conforme afirma Bruyne et al. (1991), apresenta um caráter reflexivo e de vigilância interna sobre os seus procedimentos e resultados.

A formação de uma plataforma teórica para resolução de problemas, com os quais a ciência constantemente se depara, não está atrelada a uma posição teórica ou metodológica única e passível de soluções gerais, mas, como afirma Ringer (2001), definitivamente está relacionada a uma visão ampla do mundo e a determinada concepção epistêmica de ciência. Na contramão desse pensamento, observa-se que as pesquisas em governança corporativa têm se desenvolvido, ao longo desses últimos anos, unicamente à luz teoria da firma e metodologias de pesquisa tradicionais (Brennan e Solomon, 2008).

A dinâmica da ciência, segundo Ladrière (1978), vive um momento que se caracteriza pela auto-organização, ou seja, o que é produzido num dado momento não vem simplesmente acrescentar-se ao que já foi produzido anteriormente, mas cria condições novas que tornarão possível uma produção qualitativamente superior no futuro. Assim, o que importa não é o crescimento do saber, mas a sua transformação qualitativa.

A epistemologia deve dirigir sua atenção não apenas para os resultados ou para o elaborado, mas para os procedimentos, para momentos genéticos, para *de vir*. Em síntese, para tudo o que faz da ciência uma atividade essencialmente prospectiva. Com isso, é possível entender que a ciência deve ser criadora, não pela apresentação de novos resultados, mas pelo aparecimento de

novas metodologias, utilização de novas teorias, emprego de novas técnicas, uso de outros horizontes temporais de bases de dados, fortalecendo a ideia de científicidade que pode assumir, aos poucos, contornos cada vez mais precisos. Destarte, esse foi o norte pelo qual se guiou esta pesquisa, o de identificar novas fronteiras epistemológicas propulsoras da nova dinâmica científica em governança corporativa.

2.2 FONTES DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

A teoria que dá suporte à governança corporativa é fruto de um conjunto de pesquisas desenvolvidas por Berle Jr. e Means (1932), Coase (1937), Alchian e Demsetz (1972), Jensen e Meckling (1976), Fama (1980), Fama e Jensen (1983) e Eisenhardt (1989), e outros.

Ao discorrerem sobre a separação dos atributos de propriedade no sistema corporativo e a transição ocorrida na estrutura de propriedade das empresas, Berle Jr. e Means (1932) afirmaram que as corporações se tornaram um sistema corporativo, abandonando uma característica feudal, tornando-se instituições sociais com uma combinação de atributos e poderes.

A mudança significativa, apresentada pelos autores, não estava no aparato corporativo em si, mas, sim, no fato de na corporação ocorrer a separação entre propriedade e controle através da multiplicidade de proprietários.

O exame das mudanças produzidas poderia começar propriamente pelas novas relações entre os proprietários, de um lado, e o controle, do outro, e eram essas relações que Berle Jr. e Means (1932) abordaram em sua obra. Envolveu a área por eles denominada finanças corporativas – as relações entre a corporação, gerenciada pelo grupo no controle e os detentores de participações na mesma – seus acionistas, investidores, e, em certa medida, seus credores.

Explicitando a firma e a sua natureza, Coase (1937) sublinhou que ela consiste em um sistema

de relações que surgem quando o fluxo de recursos depende de um empreendedor. Com essa definição, o autor destaca o papel do personagem à frente das atividades da empresa.

Para evidenciar que seu conceito de firma era adequado àquela existente no mundo real, o autor abordou a questão do que constitui uma firma na prática, considerando a relação legal normalmente chamada de *senhor e serviçal* ou *empregador e empregado*. Nesse sentido, Coase (1937), destaca uma nova realidade nas relações mantidas entre pessoas atuantes nas operações da empresa que é a entrada, em cena, do personagem denominado agente, que, conforme o texto, goza de autonomia no desempenho de suas funções.

Na obra em que abordaram a produção, custos de informação e organização econômica, Alchian e Demsetz (1972) afirmaram que uma teoria da organização econômica enfrentava dois importantes problemas: explicar as condições que determinam se os ganhos da especialização e produção cooperativa podem melhor ser obtidos dentro de uma organização como uma firma, ou através de mercados, e explicar, também, a estrutura da organização.

Na obra em questão, os autores foram instigados pelos seguintes problemas: o que é um processo em equipe e porque ele induz à forma contratual chamada firma. Mais uma vez, aborda-se a relação entre personagens atuantes nas operações de empresas e relações mantidas entre os mesmos. Os autores entenderam que em uma organização econômica a medição de produtividade ingressante e a medição de recompensas são duas demandas-chave ali colocadas.

Jensen e Meckling (1976) ressaltaram que as implicações comportamentais dos direitos de propriedade especificados nos contratos se aproximam de progresso recente na teoria de: 1) direitos de propriedade, 2) de agência, e 3) finanças para desenvolver a teoria de estrutura de propriedade para a firma.

Os autores defenderam que a análise por eles efetuada enriqueceu e teve implicações em

vários temas na literatura popular e profissional, tais como, a definição da firma, a separação de propriedade e controle, a responsabilidade social empresarial, a definição de uma função objetivo-corporativa, a determinação de uma estrutura ótima de capital, a especificação do conteúdo de acordos creditícios, a teoria de organizações, e o lado da oferta da perfeição do problema de mercados.

Ainda, os autores entendiam que a teoria econômica estava repleta de referências à teoria da firma e que, geralmente, tais estudos não se configuravam como tal, mas, sim, uma teoria de mercados nos quais as firmas são importantes atores. Defendem que a firma é uma caixa preta que funciona para o alcance da maximização de lucros e que, a despeito de algumas tentativas nesse sentido, não há uma teoria que explique como os objetivos conflitantes dos indivíduos participantes são equilibrados para produzir tal resultado.

Ao tratar dos direitos de propriedade, os mesmos autores citaram que o trabalho pioneiro de Coase e a extensão realizada por Alchian e Demsetz e outros estimularam uma corrente independente de pesquisa com significativas implicações para a teoria da firma. Entendiam que o importante para o tema em questão é que a especificação de direitos é geralmente efetivada através de contrato e que o comportamento individual nas organizações, incluindo o comportamento de gerentes, dependerá da natureza de tais contratos.

Ao tratar dos custos de agência, Jensen e Meckling (1976) afirmaram que as literaturas que tratavam da teoria das relações de agência e dos direitos de propriedade eram complementares. Esses autores definiram uma relação de agência como sendo: [...] um contrato sob o qual uma ou mais pessoas (o(s) principal(is)) engaja outra pessoa (o agente) para prestar um serviço em seu nome e que envolve delegação de autoridade ao agente para a tomada de decisão (JENSEN; MECKLING, 1976, p. 308).

Os autores supracitados explicavam que, se tanto o agente como principal eram maximizadores de utilidade, há boas razões para

se acreditar que nem sempre o agente agirá no melhor dos interesses do principal. Visando limitar divergências nos interesses, ações do agente que o prejudiquem ou garantir compensações em tais casos, o principal poderá estabelecer alguns incentivos para o agente, incorrer em alguns custos de monitoramento e de bonificações.

Ainda, consideram que geralmente é impossível para o principal ou o agente a um custo zero assegurar que o agente otimizará as decisões do ponto de vista do principal. Na maior parte das relações de agência, o principal e agente incorrerão em custos e haverá alguma divergência entre as decisões do agente e aquelas decisões que maximizam o bem-estar do principal. Os autores acreditam que o equivalente em dólar da redução do bem-estar do principal experimentado pelo principal devido a essa divergência é também um custo da relação de agência, o qual eles denominam de perda residual.

Para Jensen e Meckling (1976), os custos de agência foram definidos como a soma de: a) as despesas de monitoramento por parte do principal; b) as despesas de bonificação por parte do agente; e c) a perda residual.

Esses defendem que o problema de agência ocorre em todas as organizações e em todos os esforços cooperativos – em todo nível de gestão em firmas, em universidades, em companhias mútuas, em cooperativas, em repartições governamentais, em associações, e em relações normalmente classificadas como relações de agência tal como é comum nos mercados de artes e no mercado de bens imóveis.

Os autores comentaram a definição de firma instituída por Ronald Coase (1937) e citaram que Alchian e Demsetz (1972) objetivaram a noção de que atividades dentro da firma são governadas por autoridade, e corretamente enfatizaram a função de contratos como veículos para trocas voluntárias. Eles enfatizaram a função de monitoramento em situações nas quais há entradas conjuntas ou times de produção. Simpatizam com a importância dada

por eles ao monitoramento, mas acreditam que a ênfase de Alchian-Demsetz na entrada conjunta de produção é muito limitada e, portanto, enganosa.

Os referidos autores afirmam que as relações contratuais são a essência da firma, e que essas relações não se restringem à relação com empregados, mas também dizem respeito as relações com fornecedores, consumidores, credores, etc. Nessas relações contratuais, verifica-se a existência do problema de custos de agência e de monitoramento, sendo que esse problema ocorre independentemente da forma de funcionamento da firma.

De acordo com Jensen Meckling, a definição para firma pode ser assim entendida:

A corporação privada ou firma é simplesmente uma forma de *fiction legal que serve a um nexo para relações contratuais e que também é caracterizada pela existência de direitos residuais divisíveis sobre os ativos e os fluxos de caixa da organização os quais geralmente podem ser vendidos sem a permissão de outros indivíduos contratantes* (JENSEN; MECKLING, 1976, p. 311).

Os citados autores explicam que há, em um sentido muito real, somente uma multiplicidade de complexas relações (contratos) entre a firma e os proprietários do trabalho, material, capital injetado e consumidores. Nesse sentido, o “comportamento” da firma é como de um mercado, ou seja, o resultado de um complexo processo de equilíbrio.

2.3 FRONTEIRAS DE PESQUISA EM GOVERNANÇA CORPORATIVA

Brennan e Solomon (2008) apresentam os caminhos pelos quais a pesquisa em governança corporativa está sendo executada e como poderia ser ampliada sua utilização, fornecendo, assim, uma estrutura de referência, desvendando outras fronteiras de pesquisa. Esses autores apresentam seis fronteiras de pesquisa nas quais as investigações em governança corporativa têm se desenvolvido, a seguir comentadas.

2.3.1 Estrutura Teórica e Responsabilidade

Tradicionalmente, a pesquisa em governança corporativa tem adotado uma abordagem da teoria da agência, focando exclusivamente na resolução de conflitos de interesse (problemas de agência) entre gerência corporativa e acionista. Esse paradigma em finanças, dominante na pesquisa em governança corporativa, emanou dos Estados Unidos da América, surgindo do trabalho original de Berle Jr. e Means (1932) sobre a separação de propriedade e controle em companhias listadas.

Como forma de ampliação da estrutura teórica, Brennan e Solomon (2008) destacam que mais recentemente, à medida que a consideração de governança corporativa começou a ampliar em seu escopo, tem havido uma mudança de ênfase, ou seja, da tradicional abordagem centrada no acionista rumo a uma abordagem em governança corporativa mais orientada para o *stakeholder*.

Há agora um crescente interesse entre pesquisadores em estruturas teóricas mais amplas, as quais incorporam outros *stakeholders* não acionistas. A teoria do *stakeholder*, do acionista esclarecido, da dependência de recursos, do *Stewardship* e a teoria institucional estão sendo usadas mais intensamente para oferecer uma abordagem mais inclusiva para governança corporativa.

2.3.2 Mecanismos de Responsabilidade

Tradicionalmente, segundo Brennan e Solomon (2008), pesquisadores em contabilidade e finanças têm focado em uma variedade de mecanismos de responsabilidade em governança corporativa, em que responsabilidade tem sido interpretada somente como responsabilidade corporativa para com os acionistas. Já, pesquisadores em finanças têm focado nos mecanismos internos da companhia relacionados aos conselhos e no desempenho de conselhos.

Segundo esses autores, estudos sobre o impacto da eficácia do(s) conselho(s) na lucratividade

corporativa e valor do acionista têm dominado a pesquisa sobre governança corporativa em finanças. Outro mecanismo importante de aperfeiçoamento de governança corporativa é o papel de investidores institucionais. Tem havido um crescimento constante de pesquisa em seus papéis desenvolvedores como monitores de gerência corporativa e a relação envolvendo investidores institucionais e sua gerência em companhia investida.

Quanto aos pesquisadores contábeis, afirmam que esses têm estado preocupados com mecanismos de transparência (particularmente relatórios financeiros) procurando alinhar seus interesses aos dos gerentes e dos acionistas, e com mecanismos de responsabilidade, tais como: comitês de auditoria, auditoria interna e gestão de risco como garantias da qualidade dos relatórios financeiros.

Ainda, explicam que mecanismos de transparência, modelo contábil, relatórios financeiros e evidenciação voluntária têm também tomado lugar na pesquisa em governança corporativa. Tradicionalmente, essa abordagem tem se desenvolvido sob uma perspectiva da teoria da agência para a qual a transparência na forma de evidenciação para acionistas é um importante mecanismo para alinhamento de interesses de acionista e gerência.

Ampliando essa fronteira, Brennan e Solomon (2008) afirmam que, em finanças, pesquisas sobre investidores institucionais como um mecanismo para desenvolvimento da governança corporativa têm começado a adotar uma abordagem mais orientada para o *stakeholder*. Por exemplo, há um maior foco em serviços de responsabilidade para um espectro maior de *stakeholders*. A indústria de serviços financeiros tem respondido na prática por começar a considerar a governança ambiental, social e investimento institucional.

Os autores defendem que essa orientação ampliada é representada por pesquisa recente em investimento socialmente responsável, um mecanismo de governança corporativa pelo qual

investidores institucionais almejam encorajar suas companhias investidas a serem mais parceiras. Essa reorientação dentro do ramo de serviços financeiros está pavimentando o caminho para nova pesquisa em governança corporativa, especificamente, nas instituições financeiras.

2.3.3 Metodologia, Setor/Contexto, Globalização e Horizonte Temporal

Brennan e Solomon (2008) também demonstram que a tradicional preocupação com a estrutura da teoria da agência tem afetado uma série de outras escolhas feitas por pesquisadores, especificamente, a abordagem metodológica adotada, o setor/contexto escolhido, as técnicas analíticas aplicadas, internacionalização de governança corporativa e o horizonte temporal estudado.

Segundo eles, é provavelmente correto dizer que a tradicional abordagem dominante para pesquisar e analisar governança corporativa tem envolvido a adoção de metodologia quantitativa positiva, incluindo a aplicação de técnicas econometrísticas. Estudos prévios investigando um âmbito ampliado de fatores de governança corporativa a desempenho de conselho têm adotado tais metodologias.

Os mesmos autores explicam que a pesquisa em governança corporativa tem principalmente focado no setor corporativo, particularmente, companhias listadas. O modo como outros tipos de organizações vêm sendo dirigidas e controladas não tem sido o foco prioritário de pesquisadores em contabilidade e finanças até recentemente. Contudo, representa uma exceção, um trabalho que considera o contexto único de governança de organizações sem fins lucrativos, e estudos de processos de conselho em duas de tais organizações.

Brennan e Solomon (2008) afirmam que tradicionalmente, a pesquisa em contabilidade e finanças sobre governança corporativa tem focado nos mercados acionários Anglo-saxônicos, novamente refletindo a tradicional

dominação da teoria da agência. Desde a publicação do primeiro código de “melhores práticas” em governança (O Relatório Cadbury, 1992), tem havido a proliferação de códigos de boas práticas ao redor do globo, com a maioria dos países desenvolvendo códigos de práticas adequados às suas necessidades. Como resultado, a pesquisa em governança corporativa tem começado a focar em sistemas que não se adéquam ao modelo baseado no mercado Anglo-saxônico. Realmente, a maior parte dos países têm demonstrado cair no modelo de dominação interna de governança corporativa, em que companhias tendem a ser controladas por pessoas internas, tais como, famílias fundadoras, o estado, bancos e outras companhias.

2.3.4 Ampliando a Abordagem Metodológica e Técnicas Aplicadas

Brennan e Solomon (2008) explicam que a pesquisa em governança corporativa está ampliando a “dimensão” de abordagem metodológica e aplicação de técnicas de pesquisa. À medida que a pesquisa na área tem se desenvolvido, pesquisadores estão usando uma variedade de técnicas analíticas, associadas não somente com uma abordagem positivista, econometrífica, teste de hipóteses, mas com uma abordagem metodológica mais interpretativa. Estudos envolvendo entrevistas, estudos de caso e questionários/surveys estão se tornando mais comuns. Também, há estudos que usam uma metodologia de observação participante mais profunda.

De acordo com os autores supramencionados, pesquisadores estão focando menos em testes de hipóteses derivadas da teoria em finanças e mais no desenvolvimento de novos modelos teóricos, usando, por exemplo, uma abordagem de *grounded theory* para pesquisa. Há também mais técnicas analíticas que podem ser aplicadas à pesquisa em governança corporativa, tais como, técnicas econometríficas recentemente desenvolvidas, estudos de grupos focais, análise de conteúdo e análise de arquivo.

2.3.5 Ampliando Pesquisa em Diferentes Setores e Diferentes Contextos

Parker (apud BRENNAN e SOLOMON, 2008, p. 893) apontou para uma carência em estudos de pesquisa em relatórios financeiros e relatórios externos de uma perspectiva em governança corporativa, sugerindo significativas oportunidades futuras para pesquisadores contábeis. A pesquisa existente está tradicionalmente focada em companhias listadas em bolsas. Assim, há um extenso escopo para acadêmicos mudarem sua atenção para outros setores e contextos.

Brennan e Solomon (2008) afirmam que, enquanto tem havido alguma pesquisa em governança em companhias privadas (empresas familiares e pequenas e médias empresas), subsidiárias (especialmente subsidiárias multinacionais), repartições do setor público, voluntariado e instituições de caridade, essas não têm necessariamente focado em aspectos de responsabilidade em governança. Os setores de instituições de caridade, público e de voluntariado fornecem uma rica fonte de dados e uma grande variedade de mecanismos de responsabilidade, os quais requerem pesquisa e pesquisadores estão começando a voltar sua atenção nesta direção.

Explicam, ainda, que está emergindo pesquisa examinando a conformidade, ao setor público, de modelos de governança aplicados ao setor privado, com as necessidades de modelos de governança do setor não privado diferindo dos modelos tradicionais. Também tem sido considerado um interessante novo setor para pesquisa em governança corporativa: as firmas de auditoria.

2.3.6 Ampliando Globalização e Horizonte Temporal em Governança Corporativa

Segundo Brennan e Solomon (2008), tem havido um crescente corpo de literatura investigando a agenda por reforma em governança corporativa em países individuais. Esses estudos em nível

de país tenderam a focar inicialmente em economias mais desenvolvidas, tais como, Japão, Alemanha, Austrália e Canadá. Entretanto, pesquisadores estão agora voltando sua atenção para governança corporativa em economia em desenvolvimento, como modelos de governança mais estabelecidos, aplicados e testados em economias desenvolvidas, e que estão começando a ser implementados em países com mercados acionários emergentes.

Para eles, por exemplo, o desenvolvimento de “nova teoria da agência”, a qual examina a função de diretores não executivos como mediadores entre tradicionais proprietários gestores de empresas familiares e grupos externos de acionistas, representa uma extensão de governança corporativa ao longo da dimensão de paradigma teórico. Um aspecto pouco pesquisado de governança em um contexto global é a área de cultura. Patel (apud BRENNAN e SOLOMON, 2008, p. 894), por exemplo, conduziu um interessante estudo sobre a influência da cultura sobre *whistleblowing* como um mecanismo de controle interno. Muita da pesquisa tradicional em governança corporativa é de corte transversal, baseada em grandes bancos de dados e é frequentemente conduzida em resposta a falhas de governança principais ou suas consequentes mudanças regulatórias.

Brennan e Solomon (2008) afirmam que, em relação ao horizonte temporal, há um reconhecimento emergente de que a pesquisa em governança corporativa não começou com o

Relatório Cadbury (1992), Enron, ou com a legislação SOX. A governança corporativa é tão antiga como as empresas e os mercados acionários. Há, claramente, exceções, especialmente, na literatura teórica, em que pesquisadores têm considerado o desenvolvimento de paradigmas teóricos além das origens temporais e históricas dos sistemas de governança corporativa em países ao redor do mundo.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, foi feito um levantamento nos artigos publicados em anais de Congressos e Encontros Nacionais de Contabilidade ou que se enquadram na área específica de Contabilidade e que apresentavam qualificação pela CAPES com Conceito A, para o período de 2006 a 2008. A escolha desse período foi motivada pela busca de pesquisas mais recentes em governança corporativa que representassem o estado da arte no assunto. A técnica de coleta de dados e informações foi feita a partir da análise documental dos artigos analisados.

Para selecionar os artigos, foram realizadas pesquisas nos anais eletrônicos, utilizando-se como índice de busca a palavra governança. Feita essa primeira triagem, foi realizada uma leitura para identificar se o artigo realmente se propunha a pesquisar sobre governança corporativa. Após esse procedimento, chegou-se aos dados, conforme se apresenta na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Características dos dados da pesquisa

| Ano | Frequência | Percentual |
|--------------|------------|------------|
| 2006 | 34 | 28 |
| 2007 | 41 | 34 |
| 2008 | 46 | 38 |
| Total | 121 | 100 |

Conforme descrito anteriormente, a investigação aqui proposta tem por finalidade analisar as fronteiras de pesquisa sobre Governança Corporativa na Contabilidade e em Finanças no Brasil, a partir do modelo proposto por Brennan e Solomon (2008). As seis fronteiras apresentadas por eles sofreram algumas adaptações, contudo mantendo a essência da proposta. Assim, foram definidas a amplitude e o conteúdo das fronteiras como segue:

1ª Fronteira - Estrutura teórica da Governança Corporativa

Essa fronteira busca evidenciar a estrutura teórica que sintetiza o conhecimento e indica a organização e os pontos de referência para observações dos fenômenos. Foi apontado pelos citados autores que a Teoria da Firma é considerada a teoria basilar e esta teve sua estrutura teórica ampliada para as teorias:

Stakeholder; Teoria do Acionista Esclarecido, Dependência de Recursos, *Stewardship*, Institucional e do Proprietário.

2ª Fronteira – Mecanismos de responsabilidade

De acordo com o modelo proposto por Brennan e Solomon (2008), os principais mecanismos de governança são: regulações de governança ampla; conselho de administração; transparência (relatórios financeiros, evidenciação); comitês de auditoria; auditoria externa; e papel dos investidores institucionais. A partir da sugestão proposta, os mecanismos de governança teriam ampliado sua utilização para: regulações de governança (no nível individual); relatórios sociais e ambientais; investimento socialmente responsável; mecanismos de *accountability* em diferentes setores e em diferentes economias; auditoria interna; governança em tecnologia da informação; e gestão de risco.

3ª Fronteira - Metodologia e técnica aplicada

Nessa fronteira, utilizou-se o modelo apresentado por Bruyne et al. (1991), incorporando dimensões contidas em Gamboa (1987) e Martins (1994), Theóphilo e Iudícibus (2005) e ampliadas por Martins e Theóphilo (2007).

Segundo afirma Martins e Theóphilo (2007), a geração do conhecimento científico se processa em seis níveis ou pólos: epistemológico, teórico, metodológico, técnico, avaliação e formatação. Para os desta pesquisa foram adotados apenas os pólos metodológicos, técnico e de avaliação.

O pólo metodológico define as tipologias que incluem abordagens de natureza empírica, positivas, sistêmicas, estruturalismo, e as abordagens não convencionais (fenomenologia e crítico-dialética). Já, no que diz respeito ao pólo técnico, esse foi delineado em estratégia de pesquisa cujos objetos e propósitos de estudos se ajustam a pesquisas bibliográfica, documental, experimental, quase-experimental, levantamento, estudo de caso e outros. Dentro do pólo técnico, definiram-se as opções de coleta de informação, dados e evidência que foram

utilizados nos artigos pesquisados, quais sejam: observação, observação participante, documental, entrevistas, *laddering*, painel, *focus group*, questionário, análise de conteúdo e discurso, e outros.

4ª Fronteira - Setores e contexto

Essa fronteira tem como aplicação as companhias listadas nas bolsas de valores. Com a proposta de ampliação, as pesquisas poderiam se deslocar para: Negócios familiares Subsidiária, Setor público, Terceiro Setor, Estágios de ciclo de vida de firmas, Fusões, Aquisições, Estatização, Privatizações, Desmutualização, Fechamento de fábricas, Greves.

5ª Fronteira – Globalização

Para essa fronteira, Brennan e Solomon (2008) afirmaram que a maioria das pesquisas se dava no mercado anglo-saxão e estudos em economias desenvolvidas. Uma forma de ampliação, segundo os autores, seria desenvolver pesquisa em governança nas economias emergentes, utilizar análises comparativas, investigar influência cultural.

6ª Fronteira

O horizonte temporal utilizado aqui foi modificado, uma vez que o período de investigação das pesquisas foi delimitado ao intervalo temporal de 2006 a 2008. Assim, foi feita uma análise do comportamento das fronteiras de pesquisa ao longo desses três anos.

Delineadas as fronteiras, procedeu-se à análise dos artigos na íntegra, enfatizando o resumo, metodologia aplicada, plataforma teórica e conclusão. Para análise dos dados, foi utilizada a planilha eletrônica Microsoft Excel. Feita a tabulação dos dados, utilizou-se o SPSS 15 para fazer análise descritiva e cruzamento de variáveis.

4 RESULTADOS

Aplicada a metodologia proposta, verificou-se que foram catalogados 121 artigos que exploraram governança corporativa. Os dados da Tabela 2 revelam que há um crescimento da

produção nessa área. A produção do ENANPAD é a que mais se destaca, representando cerca de 65% de toda a produção. Um aspecto que chama a atenção diz respeito ao Congresso USP de

Contabilidade, que teve a quantidade de artigo reduzida. Por outro lado, o Congresso Brasileiro de Custos e ANPCONT apresentaram um acréscimo nos dois últimos anos.

Tabela 2 – Distribuição da produção por evento e por ano

| Evento | 2006 | 2007 | 2008 | Total |
|--|-----------|-----------|-----------|------------|
| ENANPAD | 21 | 32 | 26 | 79 |
| Congresso USP de Controladoria e Contabilidade | 12 | 4 | 4 | 20 |
| Congresso Brasileiro de Custos | 1 | 4 | 11 | 16 |
| ANPCONT | 0 | 1 | 5 | 6 |
| Total | 34 | 41 | 46 | 121 |

Como mencionado, esta pesquisa buscou fazer uma revisão das fronteiras utilizadas nas investigações realizadas sobre a governança corporativa, destacando aspectos que a literatura tem abordado como uma visão tradicional e a possibilidade de se ampliar esse escopo de pesquisa nesse campo.

A primeira fronteira destaca o quadro de referência analítico no qual se fundamenta a

teoria da governança corporativa nas pesquisas no Brasil. Segundo Brennan e Solomon (2008), a Teoria da Agência é a basilar da governança corporativa. A Tabela 3 apresenta como tem se dado a fundamentação teórica nas pesquisas brasileiras nesses três anos.

Pelo que se percebe, há realmente uma predominância da teoria da agência na fundamentação teórica das pesquisas em

Tabela 3 – fronteira teórica

| Fronteira teórica | Frequência | Percentual |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Teoria da Agência | 84 | 69,4 |
| Teoria do Stakeholder | 19 | 15,7 |
| Teoria do acionista esclarecido | 5 | 4,1 |
| Teoria da dependência de recursos | 1 | 0,8 |
| Teoria do Stewardship | 3 | 2,5 |
| Teoria institucional | 4 | 3,3 |
| Teoria do Proprietário | 2 | 1,7 |
| Outras | 22 | 18,2 |

governança corporativa, pois, como se verifica, 69,4% das pesquisas utilizam essa plataforma teórica, fato que corrobora a afirmação de Brennan e Solomon (2008) a respeito da tradição das pesquisas focadas nas relações entre agente e principal. Outra teoria que se destaca, dentre aquelas apontadas como uma visão ampliada, é a Teoria do Stakeholder em que aproximadamente 16% dos artigos utilizaram essa teoria, o que se pode considerar tímido por ser inferior a 1/3 das pesquisas baseadas na teoria da agência. As demais teorias, denominadas de fronteira ampliada, ainda não demonstraram serem muito recorrentes nas pesquisas realizadas no Brasil. Um aspecto que chamou atenção neste estudo é que 18,2% das pesquisas não utilizaram as teorias apresentadas como fundamentação, muito embora se propusessem a pesquisar governança corporativa.

A segunda fronteira que se refere aos mecanismos de responsabilidade preconiza que regulações de governança ampla, conselho de administração e transparência (relatórios financeiros, evidenciação) são as abordagens mais recorrentes. De fato, no Brasil, de acordo com os dados levantados, fica evidente que a grande maioria segue essa mesma tendência, ou seja, cerca de 110 trabalhos (91%) abordam esses aspectos. Já, quanto aos mecanismos de responsabilidade ampliada, 24 artigos (20%) apresentaram esses mecanismos só ou em conjunto com a abordagem dita como tradicional.

De acordo com os dados da Tabela 4, pesquisas que se dispuseram a investigar aspectos relacionados com a transparência foram as mais recorrentes, pois 73,6% das pesquisas tiveram este foco. Em seguida, os

que mais se destacaram foram: “Conselho de Administração”, com 16,5%; e Comitês de auditoria, com uma frequência de 12,4%. Apesar do importante número de pesquisas baseadas na teoria do *stakeholder*, conforme observado na fronteira anterior, essa fronteira revela a preponderância das abordagens focadas na informação contábil destinada ao

investidor no mercado de capitais. Na fronteira ampliada dos mecanismos de *accountability*, a gestão de risco, com 6,6%, e governança em TI e Regulações de Governança (no nível individual) foram, dentre esse rol, as que mais se destacaram, muito embora sem muita relevância na frequência das pesquisas analisadas.

Tabela 4 – Fronteira dos mecanismos de *accountability*

| Abordagens das pesquisas | Frequência | Percentual |
|--|------------|------------|
| Regulações de Governança ampla | 13 | 10,7 |
| Conselho Administração | 20 | 16,5 |
| Transparéncia (relatórios financeiros, evidenciação) | 89 | 73,6 |
| Comitês de auditoria | 15 | 12,4 |
| Papel dos investidores institucionais | 10 | 8,3 |
| Regulações de Governança (no nível individual)* | 4 | 3,3 |
| Relatórios sociais e ambientais* | 3 | 2,5 |
| Investimento socialmente responsável* | 6 | 5 |
| Mecanismos de <i>accountability</i> em diferentes setores e em diferentes economias* | 1 | 0,8 |
| Governança em TI* | 5 | 4,1 |
| Gestão de risco* | 8 | 6,6 |

*Alcance ampliado dos Mecanismos de *accountability*

Na fronteira metodológica, utilizou-se uma análise baseada nos pólos metodológicos, técnico e de avaliação, conforme sugerido por Martins e Theóphilo (2007). Segundo os autores, o maior problema da ciência não é o método, mas a realidade, uma vez que esta não é evidente e não há coincidência entre as concepções que se tem da realidade e a própria realidade. No levantamento dos dados, verificou-se que a maior parte dos artigos não fazia menção à abordagem metodológica utilizada, o que de certa forma demandou tempo na identificação de conteúdos que permitissem identificar os trabalhos de uma ou de outra abordagem, dificuldade essa semelhante à encontrada por Iudícius e Theóphilo (2005).

Nesta pesquisa, conforme se depreende pelos dados expostos na Tabela 5, a abordagem

empirista foi a que apresentou maior incidência, em cerca de 45% dos artigos analisados. Essa abordagem é caracterizada por se fundamentar no empírico, não dando muita importância à teoria. Os artigos positivistas foram frequentes em 36% da amostra, caracterizando-se por: descrever e buscar explicação dos fatos a partir das suas relações; o estudo dos fenômenos desvinculados de uma dinâmica ampla, sem o aprofundamento nas causas; e a ênfase na lógica do discurso (IUDÍCIUS; THEÓPHILO, 2005). Os trabalhos que utilizaram uma abordagem sistêmica/estruturalista representaram apenas 6% da amostra. Já, os ditos não convencionais, aqui definidos com fenomenológicos e crítico-dialéticos e outros foram presentes em 13% dos artigos pesquisados.

Tabela 5 – Abordagem metodológica

| Abordagem | Frequência | Percentual |
|--------------------------|------------|------------|
| Empirismo | 54 | 45 |
| Positivismo | 44 | 36 |
| Sistêmica/estruturalista | 7 | 6 |
| Não Convencional | 16 | 13 |
| Total | 121 | 100 |

A técnica de coleta de dados, conforme indica o Gráfico 1, teve como forma mais recorrente a documental (60%) que, na sua grande maioria, era oriunda de relatórios contábeis. Em seguida,

evidencia-se a coleta de dados mediante questionário (28%) que fundamentaram a estratégia de pesquisa do tipo levantamento e a abordagem de pesquisa positivista.

No pólo de avaliação da pesquisa, verificou-se que as opções mais utilizadas nas investigações sobre governança corporativa foram aquelas que tratavam de pesquisa teórico-empírica e que apresentavam avaliação a quantitativa (55%) e quali-quantitativa (23%). Já as pesquisas teóricas com

avaliação qualitativa apresentaram uma frequência de 23%. Esses resultados estão alinhados com os achados de Ludícibus e Theóphilo (2005), nos quais se verificou uma tendência de crescimento de pesquisas quantitativas na contabilidade (Tabela 6).

Gráfico 1 - Técnica de coleta de dados

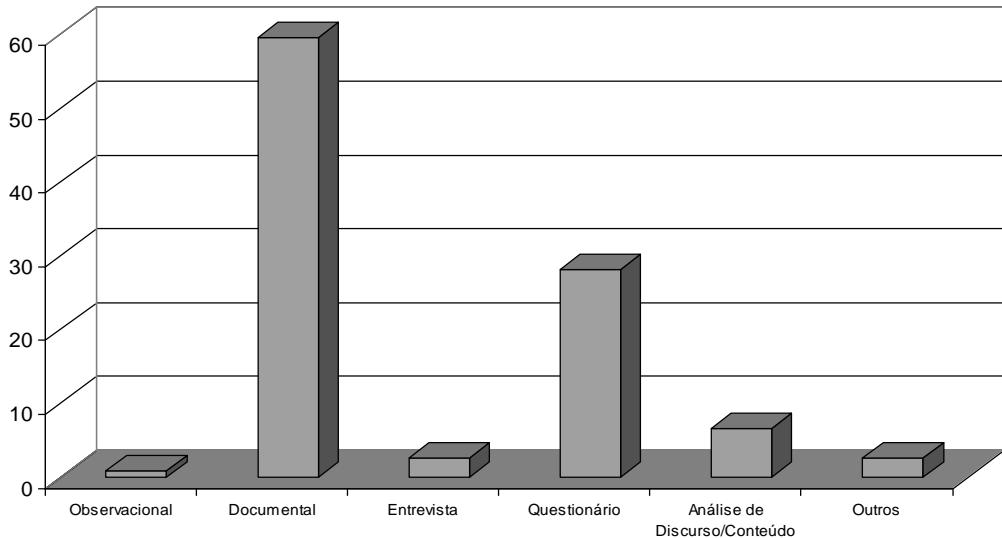


Tabela 6 – Pólo de avaliação

| Avaliação | Frequência | Percentual |
|--------------------|------------|------------|
| Quantitativa | 66 | 55 |
| Qualitativa | 27 | 22 |
| Quali-Quantitativa | 28 | 23 |
| Total | 121 | 100 |

Referente à 4^a fronteira, que trata de setores e contexto, verifica-se que há uma grande concentração de pesquisas nas empresas listadas nas bolsas de valores, aproximadamente, 74%. Já, no que tange à fronteira ampliada, as empresas fechadas, 7% das pesquisas foram realizadas com essas empresas e 19% das investigações envolveram empresas de capital fechado como companhias abertas (Tabela 7). Empresas familiares representaram 4% e o setor público foi alvo de 9% das pesquisas. Os dados revelam, de uma forma geral, que já existem pesquisas na fronteira ampliada, muito embora não sejam muito recorrentes.

A 5^a fronteira, referente à globalização, evidencia uma predominância de estudos feitos com entidades brasileiras, representando, segundo a Tabela 8, 95% dos artigos. Assim, apenas 5%

das pesquisas se comportavam como globalização ampliada, ou seja, faziam comparações com outros países ou continentes.

Finalmente, a Tabela 9 revela que a 6^a fronteira, que trata do horizonte temporal, revela que, de uma forma geral, as pesquisas que abordam as fronteiras expandidas de mecanismos de responsabilidade apresentaram crescimento ao longo dos anos, destacando-se a gestão de risco e o investimento socialmente responsável, porém as pesquisas que abordam o papel dos investidores institucionais tiveram uma redução no último ano observado. Já, a fronteira teórica, essa parece que não avançou muito, pois as teorias abordadas são aquelas definidas em 1932. Assim, pode-se concluir que a fronteira horizonte temporal ampliado apresenta indícios de crescimento, muito embora a quantidade de publicação não permita inferir conclusivamente.

Tabela 7 – Fronteira de setores e contexto

| Companhia | Frequência | Percentual |
|----------------|------------|------------|
| Abertas | 89 | 74 |
| Fechadas | 9 | 7 |
| Mistas | 23 | 19 |
| Propriedade | Frequência | Percentual |
| Familiar | 5 | 4 |
| Não Familiar | 116 | 96 |
| Setor | Frequência | Percentual |
| Privado | 107 | 88 |
| Público | 11 | 9 |
| Terceiro Setor | 3 | 3 |

Tabela 8 – Fronteira globalizada

| Local de Realização da Pesquisa | Frequência | Percentual |
|---------------------------------|------------|------------|
| Brasil | 115 | 95,0 |
| América Latina | 3 | 2,5 |
| USA | 1 | 0,8 |
| Global | 2 | 1,7 |
| Total | 121 | 100 |

Tabela 9 – Horizonte temporal da fronteira ampliada

| Mecanismos de responsabilidade | 2006 | 2007 | 2008 | Total |
|---|----------|-----------|-----------|-----------|
| Papel dos investidores institucionais | 4 | 4 | 2 | 10 |
| Regulações de Governança (no nível individual) | 1 | 1 | 2 | 4 |
| Relatórios sociais e ambientais | 0 | 1 | 2 | 3 |
| Investimento socialmente responsável | 0 | 3 | 3 | 6 |
| Mecanismos de <i>accountability</i> em diferentes setores e em diferentes economias | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Gestão de Risco | 1 | 2 | 5 | 8 |
| Governança em TI | 1 | 2 | 2 | 5 |
| Total | 7 | 13 | 17 | 37 |
| Fronteira teórica | 2006 | 2007 | 2008 | Total |
| Teoria da dependência de recursos | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Teoria do <i>Stewardship</i> | 0 | 1 | 2 | 3 |
| Teoria institucional | 1 | 1 | 2 | 4 |
| Teoria do Proprietário | 0 | 0 | 2 | 2 |
| Total | 1 | 2 | 7 | 10 |

5 CONCLUSÕES

O presente estudo buscou contribuir para elucidação do problema proposto nesta pesquisa em que se buscou investigar até que ponto as fronteiras de pesquisa em governança corporativa, denominadas tradicional e ampliada, são, de fato, norteadoras dessa linha de pesquisa e, em que medida elas são utilizadas nas pesquisas desenvolvidas no Brasil.

As seis fronteiras estudadas foram aquelas apresentadas por Brennan e Solomon (2008), em editorial de uma edição especial do *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, sobre pesquisa em governança corporativa em contabilidade e finanças. A investigação foi desenvolvida a partir de um levantamento dos artigos publicados em congressos nacionais em Contabilidade, avaliados pela CAPES com “Conceito A”.

Após a análise de 121 artigos do EnANPAD, Congresso USP de Contabilidade e Controladoria, ANPCONT e Congresso Brasileiro de Custos, pode-se concluir que as pesquisas nos eventos supracitados, sobre governança corporativa, timidamente, já conseguem ampliar as fronteiras na estrutura das investigações realizadas no período de 2006 a 2008.

Na fronteira da estrutura teórica, é evidente que a teoria da agência tem sido alvo da maioria das investigações, focando exclusivamente na resolução de conflitos de interesse (problemas de agência) entre gerência corporativa e acionista, muito embora já se vislumbrem pesquisas que ampliaram esta visão e já se encontram estruturas teóricas que abordam as teorias de *Stakeholder*, Teoria do acionista esclarecido, Dependência de Recursos, *Stewardship*, Institucional e do Proprietário.

Quanto à fronteira de mecanismos de responsabilidade, verifica-se que, tradicionalmente, pesquisadores em contabilidade e finanças no Brasil têm focado em uma variedade de mecanismos de responsabilidade em governança corporativa, em que responsabilidade tem sido interpretada somente como responsabilidade corporativa para com os acionistas, mediante instrumentos regulatórios, transparéncia, conselho de auditoria. Segundo a fronteira ampliada sugerida, pode-se verificar que já existem pesquisas que abordam gestão de risco, governança em TI, pesquisas preocupadas com questões ambientais e outras.

No que tange às fronteiras metodológicas, setor/contexto, globalização e horizonte temporal, pode-se observar que a abordagem dominante para pesquisar e analisar governança corporativa tem envolvido a adoção de metodologia com abordagem empírico-positiva, utilizando como estratégia de pesquisa quase-experimento, levantamento e estudo de casos. Como técnicas de coleta de dados, são mais recorrentes: a documental e questionários e a avaliação das pesquisas é realizada mais frequentemente de forma quantitativa. Já, quanto a setores e contexto, destaca-se que há uma expansão de pesquisas em empresas familiares e no setor público. Em termos de pesquisa que envolvem outros países ou continentes, no Brasil, a maioria trata do mercado doméstico, muito embora haja comparação, de forma tímida, com empresas de outros países. Acerca do horizonte temporal, há de se destacar que há uma crescente utilização das fronteiras ampliadas em maior ou menor escala nas pesquisas em governança corporativa no Brasil.

Por fim, pode-se concluir, a partir desta pesquisa, que há necessidade de se alargarem os caminhos pelos quais a pesquisa em governança corporativa deverá ser discutida, de forma a fornecer uma estrutura de referência, evidenciando as fronteiras de pesquisa ampliadas em governança corporativa.

Futuros estudos nessa área certamente contribuirão para identificar outras fronteiras, ou

investigar mais profundamente cada uma delas, de modo que possam ser estabelecidos mecanismos e ajustes para aplicação da governança corporativa de modo a melhorar o desempenho das entidades e, principalmente, com benefícios à sociedade.

REFERÊNCIAS

ALCHIAN, Armen A.; DEMSETZ, Harold. Information costs, and economic organization. **The American Economic Review**, v. 62, n. 5, p. 777-795, dez. 1972.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BERLE Jr., Adolf A.; MEANS, Gardiner C. **The modern corporation and private property**. New York: The Macmillan Company, 1932.

COASE, Ronald. The nature of the firm. **Economica**, v. 4, p. 386-405, 1937.

COTRIM, Amanda Lee. Aspectos gerais da governança corporativa. Prêmio IBGC de monografias em governança corporativa. **IBGC**, 2003. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

EISENHARDT, Kathleen. Agency theory: an assessment and review. **The Academy of Management Review**. v. 14, n. 1, p. 57-74, 1989.

FAMA, Eugene F.; JENSEN, Michael C. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**. v. 26, p. 1-32, jun., 1983.

_____. Agency problems and the theory of the firm. **The Journal of Political Economy**. v. 88, n. 2, p. 288-307, apr., 1980.

GAMBOA, S. A. S. **Epistemologia da pesquisa em educação**: estruturas lógicas e tendências metodológicas. Campinas, 1987. 229p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de Campinas.

- JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**. 3, p. 305-360, 1976.
- LADRIÈRE, Jean. **Filosofia e práxis científica**. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9 ed. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.
- POPPER, Karl. **Lógica das ciências sociais**. 3 ed. Tradução Estevão de Rezende Martins. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- RINGER, Fritz. 2004. **A Metodologia de Max Weber. A Unificação das Ciências Culturais e Sociais**. São Paulo: Edusp. p. 97-123.
- THEÓPHILO, Carlos Renato IUDICIBUS, Sergio. Uma Análise Crítico- Epistemológica da Produção Científica em Contabilidade no Brasil. **UnB Contábil – UnB**, Brasília, v. 8, n. 2, Jul/ Dez – 2005.
- Endereço do Autor:**
 Universidade Federal do Espírito Santo
 Departamento de Ciências Contábeis
 Av. Fernando Ferrari, 514
 Campus de Goiabeiras
 Vitória – ES – Brasil
 29075-910